

Rumos da civilização

Ellis Wayne Brown *

Resumo

A partir de uma análise crítica envolvendo a concorrência ideológica, as hegemonias nacionais, a evolução do capitalismo, os desdobramentos da democracia e o comportamento humano e as mudanças sociais, o ensaio conclui com uma reflexão propositiva em favor da social democracia como opção para o aprimoramento da estrutura sócio-político-econômica mediante as crescentes desigualdades sociais e suas conseqüências.

Palavras chave

Capitalismo, Economia, Democracia, Governo, Sociedade, Tendências.

Abstract

Pursuing through a critical analysis involving ideological competition, national autonomies, the evolution of capitalism, the unfolding of democracy, and human behavior and social change, the essay concludes with a prepositional consideration in favor of social democracy as an option for improving the social, political and economic structure in view of the increasing social inequalities and their consequences.

Key words

Capitalism, Economy, Democracy, Government, Society, Trends.

Introdução

O presente ensaio é de natureza sócio-filosófica, endereçando determinadas tendências e alternativas da civilização a partir de situações e indicadores vigentes. Envolve um exercício de reflexão tanto crítica quanto preditiva e prescritiva com base na observação do autor filtrada pelo seu prisma ideológico. É, portanto, um trabalho exploratório e seletivo em termos das variáveis a serem consideradas, não se atendo a análises de conteúdo ou de discurso comumente utilizados para fundamentar estudos preditivos. Embora considere a dinâmica do movimento social, não pretende também uma construção dialética estruturada como matriz de análise.

Conquanto ensaio, dá-se ao autor uma liberdade de pensamento para construir cenários, desenvolver aportes críticos e elaborar sobre seus desdobramentos, sabedor do princípio da preditibilidade tanto auto-alimentadora quanto auto destruidora, conforme a percepção e reação das audiências.

O objetivo deste ensaio é de alimentar o debate sobre os rumos da civilização e não o de esgotar analítica e propositivamente o tema. Reflexões dessa natureza vêm sendo uma constante em reação aos rumos que se descortinam na sociedade, cada qual contribuindo com perspectivas próprias que se somam no conjunto da análise e do pensamento social.

De uma forma geral, portanto, justifica-se a construção e veiculação do pensamento crítico com base na liberdade de construção e no dever cidadão da contribuição social, mesmo não se pretendendo, de nenhum modo, o monopólio da verdade.

I - Concorrência Ideológica

A década de 1980 acompanhou o desmoronamento do bloco comunista soviético e o triunfo do capitalismo, o qual vem buscando se consolidar como modelo hegemônico planetário mediante a conversão gradativa inclusive do comunismo chinês. A grande ameaça comunista, contudo, sempre foi a soviética, dada sua índole expansionista, e não a chinesa.

Nas décadas que antecederam essa virada, os países do eixo capitalista investiram um grande esforço para provar a seus cidadãos e ao mundo que seu modo de vida era melhor. Não só suas economias eram mais pujantes, como sua preocupação com o bem-estar de seus cidadãos seriam mais equilibradas e justas. Assim sendo, cederam espaço diante

dos movimentos sociais internos que preconizavam maiores direitos civis, trabalhistas, consumeristas e ambientalistas, entre outros. Ampliaram sua rede de educação pública, seus benefícios na área da saúde, seus programas de seguro desemprego e seus planos previdenciários. Com o conjunto dessas medidas, visavam não apenas afastar seus cidadãos da tentação ideológica igualitária do comunismo, mas também gerar um bloqueio para a sua expansão.

Felizmente a economia era propícia a esses investimentos sociais. As empresas se mantiveram em linha com os seus governos, até para proteger o ambiente sócio-político no qual vinham prosperando, apesar das concessões que foram obrigadas a fazer.

Tão logo a ameaça comunista começou a se dissipar, o liberalismo econômico retornou com força total. O setor empresarial começou a exigir uma diminuição da intervenção do Estado em função da lei da oferta e procura. Os programas sociais começaram a ser vistos como muito caros e onerosos para a competitividade internacional. As novas economias do cenário globalizado, apoiadas por incentivos fiscais, amplas linhas de financiamento público, mão-de-obra mais barata e programas sociais bem mais modestos, introduziram uma ameaça para as economias do eixo até então hegemônico do capitalismo.

Livres da ameaça no flanco sócio-político, os governos começaram a ceder espaço para a expansão econômica em detrimento dos programas sociais, esses não vistos mais como necessários para proteger suas ideologias. O chamado *welfare state* do capitalismo começou a desmoronar, e a riqueza voltou a se concentrar de forma assustadoramente rápida. A classe média retrocedeu, os pobres estão ficando cada vez mais pobres e sem perspectiva de acesso social, os velhos ficaram mais desamparados, e os jovens sem perspectivas de emprego.

Sem a concorrência político-ideológica, o capitalismo mostrou sua face negativa, predatória da própria espécie.

Lester Thurow, em sua obra intitulada *The Future of Capitalism* (O Futuro do Capitalismo), diz que o capitalismo é o sistema sócio-econômico que mais coaduna com a natureza egocêntrica do ser humano. Até onde ele pode subsistir sem levar ao caos social é outra questão. Já vimos que, sob ameaça de desestabilização, ele se ajusta às circunstâncias, portanto, existe esperança de que ele volte a se regular em função da necessidade de sobrevivência. Afinal, o egocêntrico coloca sua própria sobrevivência e crescimento acima da ideologia. A questão é de onde virá essa nova ameaça, que forças sócio-econômicas surgirão para discipliná-lo, uma vez que ele parece incapaz de fazer isso por iniciativa própria.

Howard, em sua obra intitulada *The Class of the Civilizations* (O Confronto das Civilizações), propôs que o novo embate ideológico seria multipolar, conduzido a partir das culturas e no interesse de sua autodeterminação e preservação. Essas culturas, com suas raízes étnicas, já não buscariam uma expansão geopolítica, mas também não aceitariam ser invadidas e dominadas por culturas externas. Howard se baseou no rearranjo geopolítico dos povos antes pertencentes ao bloco soviético imediatamente após a sua queda e previu que os grandes grupos étnicos, como os muçulmanos, os chineses e os hindus reconstituíram e defenderiam suas próprias ideologias com base nos seus valores históricos, seus princípios religiosos e seus usos e costumes. Assim sendo, seria o fim do colonialismo ideológico.

Nesse contexto se coloca também a democracia, como sistema de governo. Ela também pressupõe a competição onde supostamente o governo se pauta pelo interesse da maioria. Em alguns círculos se admite que o melhor sistema de governo seria uma ditadura esclarecida e benevolente que de fato governasse em função do interesse e do bem-estar da maioria. Nesse caso, contudo, a liberdade individual estaria ameaçada e, com ela, o direito de autodeterminação dos povos. Por outro lado, ninguém parou para pensar se todos os povos querem a responsabilidade de governar ou se têm a capacidade para tanto. As eleições democráticas tendem a indicar que não, tanto pela abstenção eleitoral nos países em que o voto não é obrigatório quanto pelas omissões praticadas frente às posturas nocivas adotadas pelos governos eleitos. É claro que as ditaduras, sejam elas monárquicas, militares ou de outra natureza sempre constituem um risco para a população, mas a eleição democrática também não foge a isso, tendendo apenas a dar um ar de legitimidade e a ilusão de liberdade.

Não se trata aqui de defender qualquer sistema de governo e sim questionar os apriorismos de valor que grassam em nossa sociedade. Muitos atualmente questionam se de fato o Brasil ganhou em termo de desenvolvimento sócio-econômico com o fim dos PNDs dos governos militares e a volta ao governo civil. É claro, temos mais liberdade de expressão, mas também maiores desmandos de política econômica e condução da causa pública.

Tanto o capitalismo, enquanto sistema econômico, quanto a democracia, como sistema de governo, se quiserem de fato ser hegemônicos, terão de se adaptar ao novo cenário das ideologias multipolares, baseadas nas culturas étnicas.

Nesse caso, não existiria uma única força alternativa ao capitalismo e à democracia, e sim, diversas forças disciplinadoras nos seus respectivos ambientes locais.

Parece, de todo modo, extremamente perigoso para a humanidade que se instale um único conjunto ideológico no planeta, pois, sem concorrência, ele tenderia a concentrar excessivamente o poder em detrimento do avanço da civilização como um todo.

No âmbito interno do próprio mundo da democracia capitalista, são necessários ajustes que garantam o bem-estar do ser humano, mas esses não serão possíveis sem a geração de modelos alternativos, universalmente válidos ou não, que representem ameaças e alimentem a busca constante pelo aprimoramento da organização sócio-político-econômica. A concorrência ideológica nos parece, portanto, necessária. Tanto sistemas econômicos quanto de governo se tornarão cristalizados sem ela, e o risco do imobilismo e da dominação por falta de opção é inaceitável, pois levaria à estagnação e ao abuso. Isso já se tem mostrado claramente a cada vez que um sistema se considera hegemônico.

II - As hegemônias nacionais

Na contramão das hegemônias nacionais, vem crescendo a tendência dos blocos, tanto étnicos quanto geo-econômicos, provocada por interesses culturais, políticos e empresariais. O capital, acima de tudo, não conhece fronteiras nacionais e apenas respeita a estabilidade sócio-econômica dos países e a constituição das culturas na medida em que representem oportunidades de lucro e crescimento. Ele hoje vagueia pelo mundo na busca de maior rentabilidade, tanto aquele ainda aplicado na produção, quanto o capital especulativo que gira nas bolsas de valores.

Os países resistem bravamente à globalização e à perda das hegemônias nacionais em nome do nacionalismo, cultivado e incentivado pelos poderes locais como forma de manter sua dominação. Não obstante, os próprios governos e suas elites de sustentação são reféns da globalização econômica na busca por recursos e novos mercados externos. Têm que aceitar as regras do jogo sob pena de serem isolados e deixados à própria sorte.

A chamada indústria cultural, fortemente apoiada na indústria cinematográfica, continua exportando valores e modos de vida que abrem caminho para os produtos gerados nos países do eixo capitalista, mesmo que produzidos em países satélites do sistema. Não obstante, no mundo

multicultural, as marcas e os produtos globalizados vêm tendo que abrir espaço para adaptações e identidades locais, o que apenas indica um enfraquecimento da atratividade dos países do eixo e não um retorno a economias fechadas.

Os países do eixo já vêm seu poder diluído. Os EUA, mola propulsora do sistema capitalista, já apresentam graves déficits comerciais com o crescimento econômico dos países asiáticos e a revitalização dos países europeus. A criação da Comunidade Comum Européia constitui uma iniciativa política que não só esvazia a hegemonia dos países membros, como também constitui uma ameaça a outras hegemonias.

Mas o grande passo na direção da ordem planetária resulta da criação de instituições internacionais como a ONU, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, entre outras.

O Conselho de Segurança da ONU foi criado com o fim de garantir a paz mundial, como um organismo supranacional que disciplinasse as ações expansionistas dos países, embora ainda respeitando o princípio de autodeterminação interna. Parte do plano original que, não obstante, deixou de ser implementado, previa inclusive a criação de um exército supranacional.

Se bem que neste momento a ONU possa parecer subjugada e enfraquecida por iniciativas e jogos de interesses nacionais, constitui um organismo que se fará consolidar com o tempo. É claro que quem detém o poder irá lutar para não perdê-lo, e quem não tem irá aproveitar a oportunidade para se fortalecer.

A guerra do Iraque mobiliza ainda uma outra força, a opinião pública mundial que, em última instância, acabará ditando os parâmetros da legitimidade nas ações internacionais, sejam essas com ou sem o suporte da ONU. A tendência é de que a opinião pública siga as decisões da ONU, o que a fortalece. De toda sorte, várias forças conspiram contra o unilateralismo e enfraquecem as hegemonias nacionais.

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial cumprem o papel de resgatar países em dificuldades e financiar projetos de interesse social. Em que pesem as críticas feitas ao FMI em termos de intervenção nas políticas econômicas locais, sua função não poderia ser desempenhada de outro modo, já que, ao ser chamado, indica que a política vigente se provou inadequada mesmo ao país.

Os países se queixam também das taxas de juros e dos montantes da dívida acumulados por governos anteriores, mas esquecem que, como no caso do Brasil, cobram internamente taxas muito superiores e administram mal os fundos recebidos além daqueles gerados pelos

impostos cada vez mais exorbitantes. Diga-se da passagem, esse é um dos problemas das democracias menos amadurecidas em termos institucionais, que não só carecem de continuidade em termos de política econômica e investimentos de infra-estrutura e desenvolvimento social, como também esbanjam recursos em clientelismos e alianças políticas. Por falta de regras claras e objetividade de cobrança, o Brasil já desviou enormes recursos de suas regiões mais desenvolvidas para o Nordeste, sem que esses chegassem de fato a beneficiar o povo.

É esse tipo de gestão que o FMI tenta coibir. Com isso, naturalmente, é mal visto pelas oligarquias locais que insuflam negativamente a opinião pública sempre que não se vêem beneficiadas como desejariam, mas usam a necessidade de cumprir os compromissos internacionais e a dependência de recursos como desculpa para seus desvios de gestão e o descumprimento de suas promessas eleitorais. Não que o FMI esteja sempre certo, mas vira bode expiatório de qualquer jeito.

A Organização Mundial do Comércio tenta disciplinar as relações e os fluxos comerciais internacionais de forma equilibrada, buscando os interesses de todos os seus membros. Novamente, a OMC é criticada em termos de parcialidade e protecionismo dos países do eixo, mas, seja como for, todos os países buscam o mesmo e estabelecem suas próprias medidas protecionistas, sejam elas tarifárias ou cambiais. Não existe maior proteção à indústria nacional do que as desvalorizações cambiais, constantes nos países em desenvolvimento, e que coíbem as importações em benefício das empresas nacionais e em detrimento dos preços e das opções de produtos postos ao alcance da população.

O que existe, ao fim, é uma luta pelas hegemônias nacionais, apesar do reconhecimento da interdependência mundial crescente. Cada país tirará o máximo proveito possível dos organismos e dos recursos internacionais enquanto puder, preservando ao máximo os interesses nacionais. Ninguém é diferente, melhor ou pior. A tendência, contudo, é a redução progressiva e irreversível das hegemônias nacionais e o fortalecimento dos organismos que regulam as relações internacionais. Embora pareça ficção literária, tudo indica que chegaremos a um governo planetário, do tipo federativo, semelhante ao que se descortina com a Comunidade Comum Européia com moeda única e livre fluxo comercial. Essa experiência trará, no mínimo, uma aprendizagem extremamente importante nesse sentido e talvez marque o modelo que virá a ser seguido.

III - A evolução do capitalismo

O capitalismo veio quebrar uma estrutura de poder concentrada no Estado e na Igreja. Essas instituições comandavam a política e a economia de forma absolutista através de um pacto de convivência diplomática, embora nem sempre muito pacífica. Ambas disputavam a lealdade do povo e a capacidade de movimentar a opinião pública em seu favor.

A reforma protestante negou a autoridade da Igreja como única mediadora credenciada entre Deus e o Homem, abrindo o caminho para o individualismo moderno e a livre iniciativa. Adicionalmente, dignificou a moral e o trabalho, levando à formação de excedentes antes esbanjados com os prazeres efêmeros e a aplicação produtiva desses excedentes. Com o apoio das novas descobertas científicas e suas aplicações tecnológicas, das tendências filosóficas e dos movimentos sócio-políticos, surge a burguesia. Essa considerava a acumulação como prosperidade resultante das bênçãos derramadas por Deus em recompensa pela sua fé e probidade moral.

Assim, o poder se descentralizou e justificou-se a prosperidade. A falta de prosperidade seria decorrente da falta de fé e, portanto, uma punição da justiça divina. A solidariedade se dava como obra de expiação em resposta à fé, contudo, cada indivíduo era responsável por si mesmo. Essa doutrina permanece até hoje, manifestada na teologia da prosperidade, e dá sustentação ética ao capitalismo dito cristão.

Com o surgimento da burguesia, desconcentrou-se a renda, embora a nobreza continuasse sendo o principal mercado. Com a industrialização, ampliaram-se as oportunidades do trabalho assalariado e a renda discricionária que fomentaram o consumo e os mercados massivos.

Assim começou o ciclo virtuoso do capitalismo: consumo gerando produção, produção gerando empregos, empregos gerando massa salarial e massa salarial gerando mais consumo. Henry Ford mais tarde demonstraria uma clara visão desse ciclo virtuoso ao dizer que cada um de seus operários deveria poder adquirir um veículo da empresa.

Na medida em que a concorrência foi crescendo e as empresas tiveram que ser mais competitivas para garantir suas fatias do mercado, os custos foram aumentando em determinadas áreas e tendo que ser diminuídos em outras. A mão-de-obra foi se tornando cara e instável sob pressão dos sindicatos, o que levou ao avanço acelerado da automação e depois, da robótica, após o advento da chamada administração racional

que havia introduzido as linhas de produção e o operário especializado por função.

Com o fim da guerra fria, as empresas começaram a clamar por menos intervenção do Estado na economia. O Estado, que antes se prestava a proteger os interesses do capital, passou a representar um obstáculo à sua expansão com suas regulamentações, restrições e imposições de custos sociais. O neoliberalismo baseado na lei da oferta e procura toma conta da economia, e as escolas que advogavam o planejamento centralizado foram descartadas como anacrônicas e inibidoras do progresso.

As empresas já haviam começado a buscar novos locais para sediar suas fábricas, onde os custos tanto tributários quanto trabalhistas e ambientalistas eram mais baratos, diminuindo ainda mais o potencial de mercado dos grandes centros consumidores, justamente aqueles que haviam se tornado assim exatamente por ter conquistado melhores salários e melhores condições de vida.

Com o achatamento dos lucros, ainda, boa parte do capital migrou para os mercados financeiros em busca de maior flexibilidade e rentabilidade.

O resultado era previsível, embora uma vez posto em movimento, o sistema não poderia ser revertido tão simplesmente: diminuição de empregos nos grandes mercados consumidores, levando à diminuição dos salários e da massa salarial que, por sua vez, levaria à diminuição do poder de consumo e da produção. Estava instalado o ciclo vicioso do capitalismo.

Ravi Batra, na obra intitulada *The Pooring of América* (O Empobrecimento da América), mostra como a partir da década de 1970 a renda média do operário norte-americano começou a cair, embora o PIB continuasse a crescer através da concentração de renda. A revista *Veja* trouxe recentemente um artigo apontando que as 356 pessoas mais ricas do mundo detêm um patrimônio equivalente à renda anual de 40% da humanidade (2.5 bilhões de pessoas). Ouvi também na CNN que, há apenas 20 anos, o salário médio dos altos executivos corporativos equivalia a 200 vezes o dos operários e que hoje já atinge 2000 vezes. A encantadora apresentadora de TV ganha, também, dezenas de vezes mais do que a dedicada geneticista que busca curas para as enfermidades. Na minha concepção, um verdadeiro absurdo moral.

Se num primeiro momento o capitalismo levou à desconcentração da renda, no segundo voltou a gerar concentração. Os ricos, detentores do capital, ficando cada vez mais ricos, e os pobres, mais pobres e

marginalizados, tanto do processo de produção quanto, por decorrência, do mercado de consumo.

Na medida em que isso ocorre, a concorrência pela renda disponível, já minguante, se torna mais acirrada. As empresas empenham todos os seus recursos de gestão para sobreviver e crescer. Formam alianças, se fundem, adquirem concorrentes, tudo em nome do aumento da economia de escala e da redução de custos. As proteções legais contra o abuso do poder econômico começam a ser revistas e flexibilizadas em nome da sobrevivência das empresas, da manutenção dos empregos ainda disponíveis e da oferta de produtos. Os cartéis e os monopólios disfarçados passam a ser tolerados, em que pese o risco que representam em termos de abuso de preços, redução da qualidade e variedade dos produtos e viabilização de novas iniciativas competitivas.

Com isso, o capitalismo está liquidando tanto o mercado quanto o próprio princípio disciplinador da economia de mercado, a concorrência. Sem consumidores, o capitalismo massivo não sobrevive e, com a diminuição da concorrência, fruto dos mega conglomerados resultantes das fusões e incorporações, ele se torna cada vez mais restritivo a novas iniciativas e mais abusivo pela concentração de força.

Argumentariam alguns, na tentativa de amenizar as críticas ao capitalismo, que ele gerou e continua potencialmente gerando um grande progresso. Isso é fato no âmbito da ciência e tecnologia, mas duas contra-argumentações poderiam ser colocadas.

Primeiro, que os benefícios desse progresso são cada vez menos acessíveis à população em geral e com isso contribuem para aumentar a distância social entre mais favorecidos e os menos favorecidos.

Segundo, que o progresso gerado pela matriz competitiva tendeu a produzir subprodutos mais nocivos que seus benefícios. Criou novos medicamentos e procedimentos cirúrgicos, mas diminuiu a oferta dos serviços de saúde pública e intensificou doenças ligadas ao stress e à fadiga. Aumentou o tempo médio de vida, mas vem diminuindo os benefícios previdenciários anteriormente concedidos e, com isso, marginalizando os aposentados. Gerou tecnologias nucleares, químicas e bacteriológicas que apenas aumentaram os horrores e o espectro da guerra. Mecanizou a indústria e disponibilizou mais produtos, mas depredou os recursos naturais e degenerou o meio ambiente. Desenvolveu novas teorias de gestão e aumentou o acesso à educação, mas restringiu os empregos e o acesso de novos empreendedores. Afinal, que progresso é esse?

IV - Os desdobramentos da democracia

Recorrendo ao velho jargão, a democracia pressupõe um governo do povo, pelo povo e para o povo. Isso se parece algo com o que temos hoje em termos de democracia? Se sim, por que, então, o povo é tão desrespeitado pelos governos democráticos? Simples, porque a democracia atual está ideologicamente casada com o capitalismo e esse, como já vimos, tende a gerar uma polarização crescente em termos de estratificação social.

É fato que as pessoas possuem diferentes talentos, graus diferentes de motivação e iniciativa e níveis diferentes de disposição ao risco. É fato também que, em função dessas diferenças, elas tendem a aportar níveis diferentes de produção. Em conseqüência, ouve-se dizer que injusto não é a desigualdade e sim querer tratar desiguais como iguais. Quem, portanto, tem maior competência e empenho produtivo mereceria maiores recompensas, assim como aqueles que aceitam assumir maior responsabilidade e risco. Caso contrário, justificam, não haveria estímulo para o progresso, sem questionar a natureza e os produtos desse progresso.

A grande utopia comunista falhou basicamente por pretender um nivelamento social, achando que, apenas pela ideologia as pessoas aceitariam as diferenças individuais, e cada qual contribuiria para a coletividade com o seu melhor empenho possível sem a motivação das recompensas distintas. Obviamente, o que se fez na prática foi apenas substituir as recompensas financeiras por status e poder político. Assim sendo, as diferenças e os abusos resultantes continuaram existindo.

Não obstante, a grande diferença que gera efetivamente as desigualdades é o fator oportunidade. Quando as oportunidades são desiguais, mesmo pessoas de elevado potencial são marginalizadas do processo e impedidas de progredir. O pior é que essa marginalização é cumulativa em termos históricos, assim como, por outro lado, as oportunidades que se apresentam àqueles que estão no círculo do poder. Quem nasce na favela pelas mãos de uma parteira já vem ao mundo com menores oportunidades potenciais do que aquele que nasce em “berço esplêndido”. Não é culpa de um, muito menos mérito do outro.

Esse fator de acumulação das desigualdades é de fato o mais cruel e injusto. A grande questão é como romper esse ciclo vicioso. Não existe outro modo senão através da intervenção do Estado, gerando condições dignas de acesso às novas gerações e coibindo a acumulação meramente inercial do poder.

No quadro atual dos governos, mesmo os tidos como democráticos, isso parece impossível. Mas se admitirmos que seja, então teremos que admitir também a falência da democracia como uma modalidade de governo “do povo, para o povo e pelo povo”.

Uma forma de minimizar a escalada inercial das grandes fortunas é através do imposto de renda progressivo. Uma ação mais drástica para reverter o quadro atual seria taxando as grandes fortunas não aplicadas na produção, semelhante às desapropriações da reforma agrária. Mas quem faria isso, posto que são essas fortunas que financiam as campanhas eleitorais que colocam os legisladores no poder? Além do mais, existe sempre a desculpa de que essas fortunas fugiriam para os paraísos financeiros, se é que a maioria já não esteja lá.

Nosso sistema democrático é representativo, o que vale dizer que aqueles colocados no poder pelo voto da população deveriam representar os interesses daqueles que os elegeram. Ninguém acredita mais nisso, até porque a maioria tende a votar no mal menor por falta de opções que realmente mereçam credibilidade e tenham a competência e força moral para de fato atender às suas necessidades e expectativas. Existe uma renúncia e uma acomodação do povo ao que parece ser uma situação inevitável.

São as convenções partidárias que definem as opções de candidatos. Como a maioria da população não está engajada no processo político desde a sua base, tem de aceitar o que vem. A omissão tende a ser um pecado tão grave quanto o da ação tendenciosa. Assim, dizem, o povo tem o que merece.

Os partidos tendem a estar mais interessados em conseguir o poder do que governar. Montam suas estratégias eleitorais baseadas em coligações políticas, fachadas ideológicas e promessas de palanque. Quem não for conivente nem consegue ser candidato. Os planos de governo apresentados tendem a ser um corolário de promessas vazias, sem qualquer sustentação prática que os torne viáveis. Além do mais, uma vez eleitos, os políticos tendem a passar sua gestão pagando promessas feitas aos seus apoiadores, tanto políticos quanto financeiros, e se justificando perante os eleitores por não poderem cumprir o que lhes prometeram.. Alguém duvida disso?

Queiramos ou não, conceitualmente, nos regimes democráticos, é o povo, em última análise, que assume a responsabilidade pelas posições e pelos atos de seus governantes, seja por ação ou omissão. Recentemente o Al Qaeda justificou os ataques terroristas a alvos civis com base nessa concepção. Se o governo democrático, disseram, legitimado nas urnas representa a vontade do povo e exerce um mandato em seu nome, ele é

igualmente responsável pelos atos de seus governantes e, portanto, passível de igual punição. Cruel, falacioso na prática, mas teoricamente sustentável.

Para que a democracia se aperfeiçoe, seria necessário que o povo pudesse rejeitar os candidatos apresentados para o Executivo através do voto em branco. Se o número de votos em branco for maior do que os obtidos por qualquer dos candidatos, novas opções teriam que ser apresentadas e novas eleições realizadas. Isso acabaria com o voto útil. Os candidatos não poderiam se limitar a ser melhor do que seus concorrentes; teriam que ser realmente competentes, íntegros e representativos aos olhos dos eleitores. Teriam que levar seus planos de governo e suas promessas de campanha mais a sério. O debate político teria de ser mais realista e comprometido, teria de ser dito o que pode e o que não pode ser feito e por quê. Quem não tivesse respostas concretas aos anseios do povo seria simplesmente rechaçado. Com isso também, o povo seria forçado a de fato assumir a responsabilidade pelo seu voto. Não existiriam mais desculpas.

A democracia não se plenifica sem o direito irrestrito de escolha, o que envolve também e essencialmente o direito de optar pela rejeição. É claro que isso não elimina o corporativismo ideológico, mas exigirá que as propostas ideológicas tenham consistência e viabilidade, não sejam meros jargões, frases de efeito, fórmulas populistas e vazias.

Somente quando o povo assumir o comando da política poderá fazer com que seus governantes realmente representem seus interesses. Até então, continuaremos na democracia de fachada, comprometida com o poder e não com o povo.

Como fazer essa transição? A resposta está no Terceiro Setor, através das Organizações Não Governamentais – ONGs, que surgiram exatamente para fazer pressão social e política com relação a temas e atitudes que vinham sendo ignorados pela grande maioria da população e, em função disso, também pelos políticos que só abraçam causas que geram votos.

As ONGs já comandaram mobilizações sobre as questões consumeristas, ambientalistas, dos direitos étnicos, dos direitos da criança e do adolescente, etc.. Até agora não se mobilizaram em torno das falácias básicas do sistema democrático capitalista porque persiste a idéia de que quem se pronuncia contra o sistema é, por definição, comunista.

A própria imprensa, porta-voz tradicional das denúncias e postulações sociais, evita entrar nesse nível de questionamento. Se for estimulada de forma estruturada pelo Terceiro Setor, contudo, irá

gradativamente aderindo e desempenhando seu papel histórico na formação da opinião pública.

Quem sabe possamos abrir aqui uma perspectiva para esse questionamento que ajude a estimular o Terceiro Setor e a mobilização social.

V - O comportamento humano e as mudanças sociais

Abraham Maslow, após exaustivas pesquisas transculturais, chegou à conclusão de que o ser humano apresenta uma escala de cinco necessidades básicas e que a busca progressiva pela satisfação dessas necessidades constituiria a motivação fundamental de seus atos. Essas necessidades seriam: (a) fisiológicas, ligadas à manutenção imediata de suas funções vitais, (b) de segurança, envolvendo sua garantia de subsistência futura, (c) afetivas, envolvendo sua aceitação social, (d) de estima, envolvendo sua projeção social e, (e) realização, abrangendo a satisfação consigo mesmo.

É o meio que determina e disponibiliza os meios pelos quais essas necessidades serão satisfeitas. A alimentação, por exemplo, está ligada à satisfação das necessidades fisiológicas, sendo essa universal, porém é o meio específico que determina que alimentos são disponíveis e valorizados. Numa situação de fome extrema, a pessoa irá comer o que estiver disponível, mas, sem essa pressão imediata, ela se preocupará com a qualidade do alimento que irá ingerir em termos de sua segurança física. Em grupo, ela procurará alimentos que a identifiquem com o grupo e, se possível, sem gerar rejeição, buscará obter e servir alimentos que indiquem superioridade. Por fim, tentará também incorporar aqueles alimentos que de fato satisfaçam seu paladar. Independente do meio, portanto, existe também uma ordem de prioridades individuais a ser seguida na adoção de uma alternativa instrumental ou de um comportamento específico, seguindo a escala de necessidades apresentada.

Essa concepção sobre as necessidades e motivações humanas tem diversos desdobramentos sociais.

Quem se vê fisiologicamente ameaçado de fome ou frio, não se preocupará com a segurança na busca por satisfazer essa necessidade, muito menos com a aceitação social dos métodos adotados. Assim sendo, não adianta falar em responsabilidade social para as imensas legiões planetárias que passam fome e frio. Por outro lado, quem der ou

prometer comida e agasalho, leva o voto, milhares de votos no total. Em termos eleitorais, “fome zero” é o que funciona, além do mais, porque apela também aos que aspiram reconhecimento ideológico, pois o discurso dos menos favorecidos confere nobreza e atrai, desde que não se tenha que enfiar a mão no bolso. Isso significaria abrir mão da segurança ou de outros recursos que implicariam em aceitação ou gerariam reconhecimento no meio imediato. Ninguém escapa disso, a menos que já tenha atingido o estágio em que possa se preocupar prioritariamente com a realização pessoal, da qual essa ideologia realmente faça parte. Não obstante, caso a satisfação de suas necessidades anteriores se veja ameaçada, retraindo em suas posições.

Infelizmente, o entendimento do comportamento humano pode ser utilizado tanto para manipular quanto para libertar.

Vivemos numa sociedade simbólica, onde o valor das coisas e das ações é determinado pelo grau de aceitação e reconhecimento que gera e onde a busca pelo reconhecimento não tem limites morais, pois se encontra justificado e incentivado pelo próprio sistema social. Nessa sociedade, a acumulação de bens é um símbolo de projeção social, e a prosperidade chega a ser justificada nos cantões da religião como recompensa divina pela fé e símbolo de sua magnitude.

Mesmo quem não possui esses símbolos, não os contesta, apenas aspira poder adquiri-los. É precisamente isso que mantém o sistema, a expectativa de ser beneficiado por ele, embora a maioria não seja.

Quase todos admitiriam que o mundo seria melhor se fosse baseado na solidariedade, mas, nos termos de Malsow e, de acordo com a simbologia vigente, ela não gera reconhecimento social.

A única alternativa é intervir na cultura vigente, nos valores sociais e nos símbolos do reconhecimento e rejeição. Isso já vem ocorrendo. As próprias empresas já estão se preocupando mais com a imagem em função do repúdio social a determinados comportamentos e o efeito desse repúdio sobre suas vendas e lucros. Mesmo os governos não escapam à opinião pública, embora essencialmente nada tenha mudado. As instituições e as pessoas só se preocupam com as pressões sociais na medida em que as afetam diretamente em termos de aceitação e reconhecimento e ameacem sua sobrevivência e crescimento. Não dá para mudar a natureza humana, apenas a cultura que condiciona e direciona o comportamento.

O caminho é esse, embora mudanças culturais tendam a ser lentas e dependam, ainda, da iniciativa e pressão de líderes de opinião e suas organizações de suporte. De todo modo, as tendências nessa direção já se prenunciam.

Segundo a teoria comportamentalista das mudanças sociais, é preciso haver em primeiro lugar um descontentamento crescente da população em relação à situação vigente. Isso já existe. Em segundo lugar, é preciso haver o encontro de grupos de descontentes para discutir a situação e gerar alternativas. Terceiro, as diversas propostas geradas pelos grupos precisam vir a público para discussão, onde uma delas se tornará predominante. Por fim, a sociedade como um todo precisa ser mobilizada através dos líderes de opinião e dos meios de comunicação massiva para gerar a adoção institucionalizada da nova proposta. Esse caminho já foi trilhado em diversos movimentos sociais.

O Marketing, por sua vez, trata a ideologia como um produto que precisa ser desenvolvido e promovido com vistas a atender competitivamente as necessidades e os desejos do consumidor potencial. Esse produto, como qualquer outro, tem um preço. Ele implica na renúncia das ideologias concorrentes e no custo que essa renúncia implica tanto em termos dos benefícios da ideologia vigente, quanto do processo de conversão para a nova alternativa. Assim sendo, a nova proposta precisa ser mais atrativa em termos de benefícios, e o processo de conversão precisa ser o menos oneroso possível.

Existe uma vasta literatura de suporte para as mudanças provenientes das áreas da comunicação, da sociologia, da psicologia e da antropologia cultural, sobre a qual não vamos nos estender aqui.

De todo modo, não estamos falando sobre postulações simples que não alteram fundamentalmente a estrutura social. Essa é uma questão bem mais profunda que mexe nos pilares do sistema econômico e do regime democrático vigentes no mundo ocidental: como romper e reverter a inércia das desigualdades e dar ao povo o direito pleno de autodeterminação e condições de bem-estar num cenário globalizado. Certamente envolverá a mudança de muitos paradigmas e enfrentará fortíssimas oposições na estrutura do poder. É provável que nem vejamos muitos avanços nesta geração, mas é preciso ao menos iniciar a movimentação de forma organizada.

VI - Uma reflexão prescritiva

À luz do panorama descrito acima e suas tendências naturais, com seus efeitos nocivos, cumpre agora buscar soluções. Muitos pensadores têm escrito nessa direção, pelos mais diversos prismas político-ideológicos e técnico-estratégicos. Não cabe resenhar essas contribuições, mas

gostaríamos de ressaltar a iniciativa de John Kenneth Galbraith, um proeminente economista que migrou suas reflexões para as causas sociais maiores. Em sua obra intitulada *The Good Society* (A Boa Sociedade), parte da proposição de como fechar a lacuna crescente entre o que ele denominou de afortunados e necessitados. Uma sociedade construída nessa direção seria a boa sociedade. Sem nos atermos a suas propostas específicas, essa é também nossa linha básica de reflexão.

Examinando de forma equilibrada as grandes proposituras sócio-político-econômicas, parece-nos que o resgate da direção introduzida pela social democracia e o *welfare state* seria a mais justa e menos traumática de ser seguida. Nesse modelo, o governo assume um papel ativo tanto na promoção do bem-estar social quanto no planejamento sócio-econômico. É claro que com isso teria que desafiar, ao menos em parte, os paradigmas da sobrevivência dos mais fortes, da lei da oferta e procura e da livre iniciativa.

No intuito de minimizar as desigualdades pela base e promover o bem-estar social, cumpriria ao Estado garantir as condições primárias para o ingresso, inserção e ascensão social, o que envolve o acesso da população a uma alimentação adequada, a condições habitacionais e sanitárias dignas, a serviços médico-hospitalares abrangentes, a educação básica e profissionalizante, a infra-estrutura de lazer e cultura, a condições de trabalho e seguro desemprego e a planos previdenciários. A partir dessa plataforma, cada indivíduo teria as condições mínimas para viver com dignidade e conforto e alavancar sua própria ascensão social, segundo as iniciativas e competências pessoais.

Parece o mundo ideal, mas nem todos concordariam com isso, principalmente aqueles que teriam de pagar a conta, os que defendem a livre iniciativa com base na lei da oferta e procura e a acumulação em benefício pessoal, os que são contrários ao inchaço e à intervenção do Estado e duvidam de sua capacidade de gerenciamento racional e econômico, os que pensam que essas garantias levariam à indolência e ao abuso da maioria da população, os que crêem que isso seria financeira e economicamente inviável frente à concorrência internacional. Tantas objeções, tantos motivos para abandonar o ideal, tantas questões a tratar...

O discurso clássico é de que o custo desses programas sociais impõe elevados níveis tributários sobre a população economicamente ativa e as atividades empresariais, o que acabaria revertendo negativamente em cadeia sobre os preços cobrados pelos produtos, sobre a demanda local, sobre a competitividade internacional, sobre os lucros, sobre a capacidade de investimento das empresas, sobre a geração de empregos e,

ciclicamente, sobre a receita tributária do Estado. Um novo ciclo vicioso. É por isso que a concepção do *welfare state* vem sendo enfraquecida e abandonada. Não existem soluções simples.

Por outro lado, poderia ser argumentado que a existência de um maior contingente de mão-de-obra qualificada, com boa formação de base, física e mentalmente saudável, representaria uma vantagem produtiva e competitiva substancial. Caso contrário, teríamos que renegar toda a concepção econômica do capital humano.

Não creio, contudo, que se tenha feito um esforço condizente de resgate desse modelo. É muito fácil recorrer à teoria econômica para destruir uma concepção que não agrada ao poder vigente e que, além do mais, poderia exigir ações de transição dolorosas e impopulares mesmo perante a sociedade.

Correndo o risco de ser simplista, oferecemos algumas considerações sobre essas tantas questões. Kotler, Jatusripitak e Maesincee, em *The Marketing of Nations* (O Marketing de Nações) trabalham com a concepção dos ciclos viciosos e suas saídas, embora não no contexto social democrata. De toda forma, aportam um bom referencial a ser considerado também em nosso presente esforço.

Quando tratam de crescimento econômico versus distribuição de renda, os autores citados acima apontam que muitos advogam a necessidade de concentração de renda na fase inicial do processo de desenvolvimento para gerar o capital empreendedor requerido, enquanto outros advogam que melhor seria a distribuição de renda para gerar a demanda de mercado necessária para sustentar e estimular a produção. Não obstante, se o capital concentrado não reverter para a produção e sim para os mercados financeiros internacionais, pouco efeito terá na economia local. Por outro lado, se a produção for basicamente destinada aos mercados internacionais, poderá gerar crescimento econômico para o país sem distribuição de renda e sem melhorar substancialmente as condições de vida locais pela compactação dos salários necessários à contenção de custos com vistas à competitividade nesses mercados. A rede de variáveis e interações não se esgota aí e, portanto, é bastante complexa.

Enfim, enfatizam que não existe uma política econômica universalmente ideal, pois depende dos recursos, das ideologias e dos comportamentos locais. Isso nos confere uma certa liberdade para abordar ideologicamente a nossa proposição, embora também aconselhe cautela em termos de generalizações.

Retornando à questão do custo e do custeio dos programas sociais, convém apontar que já hoje a carga tributária brasileira chega aos

36.2% do PIB sem uma contrapartida social sequer próxima do que preconiza o *welfare state* e sem investimentos adequados em infra-estrutura. Isso não sugere, contudo, que a carga tributária teria que ser ainda substancialmente maior para custear os programas sociais preconizados, apenas mostra o ônus que a economia já suporta.

Boa parte dessa carga tributária poderia ser mais bem aproveitada e destinada a programas sociais se fosse administrada com mais racionalidade, melhor apropriação e maior probidade, envolvendo os critérios de avaliação, direcionamento e dimensionamento das apropriações orçamentárias, o combate à corrupção e desvio de recursos, a racionalização dos dispositivos e processos normativos, a eficiência dos sistemas da administração pública e o *downsizing* das estruturas. Arriscamos dizer que os governos na maioria dos países, mesmo desenvolvidos, sofrem do mesmo mal e que, ao passar por esse tipo de processo, poderiam também liberar e redirecionar recursos já existentes. Por outro lado, ainda, seria necessária uma estrutura arrecadadora mais eficaz, evitando a sonegação tributária.

Enquanto esses esforços não forem esgotados, nem é possível dizer qual seria de fato a demanda tributária incremental necessária para a implementação dos programas sociais, muito menos, que ela seria inviável em termos de efeito econômico.

Não é possível dizer também que haveria necessariamente um inchaço na administração pública em decorrência do *welfare state*. Tudo depende da complexidade processual adotada. Na esteira da reengenharia do governo conduzida para reduzir custos vigentes e aumentar a eficiência administrativa para liberar recursos, mesmo com as novas funções, os quadros devem poder ficar muito aquém dos atuais. Quem trabalha na administração privada sabe que isso é tecnicamente possível. Na administração pública, contudo, depende dos interesses políticos, os quais teriam que ser favoráveis à proposta.

Não resta dúvida de que os governos já estão estigmatizados como maus gestores no que tange aos processos tipicamente administrativos. Procede, portanto, a preocupação de que o aumento de atribuições possa levar ao inchaço da máquina pública, embora não seja necessariamente o caso.

Quanto às preocupações sobre a intervenção do Estado na economia, existem, é claro, argumentações técnicas que, em função de experiências passadas, procedem. A economia de mercado tem se provado mais eficiente no desenvolvimento de soluções e avanços competitivos na medida em que impõe uma batalha pela sobrevivência e abre as portas para a livre iniciativa. O intervencionismo, por sua vez, tem

limitado a mobilidade e concorrência do capital internacional e pode gerar estagnação tecnológica, restrições de oferta e desabastecimentos, elevações de custos e escaladas de preços por repasse de ineficiências e abusos em termos da indústria local. Já existe suficiente consciência disso para evitar tais armadilhas.

Por intervenção do Estado, dentro dessa proposta, entende-se muito mais o planejamento econômico a partir de uma análise de forças, fraquezas, oportunidades e riscos do país, que leve a uma definição estratégica, a um plano de metas e a uma política de desenvolvimento econômico, em consonância com a política e o plano de metas sociais. A livre iniciativa busca seus próprios interesses e não os do país. Dentro dos contornos da política de desenvolvimento econômica do país, baseada numa análise prévia de oportunidades, contudo, a própria livre iniciativa estaria mais assegurada em termos de resultados.

Falta tratar das variáveis comportamentais, essencialmente ligadas à cultura: a questão potencial da indolência e do abuso social frente às garantias e facilidades fornecidas pelo Estado, por um lado, e as resistências geradas por aqueles cujas acumulações econômicas seriam afetadas, por outro.

As mudanças culturais, como já vimos, surgem a partir da mobilização dos líderes de opinião e sua influência sobre a opinião pública. Novos valores precisam ser, em última análise, transformados em símbolos de aceitação/rejeição e reconhecimento social. Nos EUA, é jargão corrente dizer que tal postura ou comportamento é ou não politicamente correto em função da reação que possa vir a provocar nos demais membros da sociedade. Discriminações raciais, depredações ambientais, abuso infantil, etc., que há algum tempo eram socialmente tolerados, hoje são totalmente rejeitados pela cultura predominante, e as pessoas que ainda adotam tais posturas são punidas com o isolamento, além de sanções legais resultantes dessas mesmas mudanças culturais.

É claro que nem todos se convertem imediata e simultaneamente, mas, com o passar do tempo, mesmo os radicais acabam aderindo, ao menos na superfície. Veja o caso da escravidão. Levou algum tempo até que a cultura chegasse a abolir completamente a moralidade da escravidão, mas hoje ela já é tão rechaçada que se restringe a grupos mínimos de extrema marginalidade.

Se a indolência, o abuso e a ganância forem rejeitados pela ideologia dominante, e esse rechaço passar a ser incorporado na cultura de tal forma que já não sejam mais tolerados, a prática de tais comportamentos será naturalmente punida com a exclusão social, independente de outras coerções normativas. As pessoas podem achar

brechas nas interpretações da lei e nos tecnicismos dos processos legais, mas a cultura envolve atitudes e julgamentos introjetados nos indivíduos e que, por isso, nem se submetem a discussões. Assim sendo, provocam reações imediatas com relação aos infratores em função das meras percepções.

Essa posição em favor do resgate da social democracia é apenas uma alternativa, minimamente delineada, argumentada e defendida aqui sem qualquer pretensão de explorar todos os seus desdobramentos. Quem sabe possa servir como referência para uma discussão crítica e estratégica maior.

Conclusão

Esse conjunto de reflexões construídas gradativamente através das ponderações sobre a concorrência ideológica, as hegemonias nacionais, a evolução do capitalismo, os desdobramentos da democracia, o comportamento humano e as mudanças sociais, levando, ao final, a uma reflexão prescritiva em favor da social democracia, representa o nosso aporte sobre os rumos da civilização.

Em conclusão, cabem as seguintes reafirmações:

- Mantidas as tendências atuais, o capitalismo como praticado levará a sociedade de volta a um contexto feudal.
- A sociedade apenas se aperfeiçoa mediante a concorrência ideológica que constitua efetivamente uma ameaça para a facção dominante.
- A democracia casada com o capitalismo e a burocracia do Estado constitui uma contradição em relação ao seu próprio princípio ideológico.
- Não obstante a concorrência ideológica e a resistência das identidades nacionais, existe uma clara tendência em direção a um governo planetário.
- Apenas a partir da construção ideológica incorporada à cultura e em linha com a natureza humana serão possíveis verdadeiras mudanças sociais.
- A social democracia representa uma alternativa ideológica justa e viável em termos de avanço para a civilização.

Com essas reafirmações, encerra-se a nossa contribuição no tocante ao tema.

Bibliografia

BATRA, Ravi. *The Myth of Free Trade: the poisoning of America*. New York: Touchstone Books, 1996.

GALBRAITH, John Kenneth. *The Good Society: the humane agenda*. Boston : Houghton Mifflin Company, 1996.

HUNGTINGTON, Samuel P.. *The Clash of the Civilizations*. New York : Touchstone Books, 1997.

KOTLER, Philip, JATUSRIPITAK, Somkik e MAESINCEE, Suvit. *The Marketing of Nations: a strategic approach to building national wealth*. New York: The Free Press, 1997.

THUROW, Lester. *The Future of Capitalism*. New York : Penguin Books, 1996.

* Ellis Wayne Brown é pós-graduado em Administração de Marketing e em Economia Aplicada pela FGV-SP, mestre e doutorando em Comunicação Social pela UMESP, egresso de uma extensa carreira executiva internacional e atual professor da FAAT em nível de graduação e pós-graduação.